

Legislativo vive batalha silenciosa

192

Ao lado da disputa pelas presidências do Senado e da Câmara, mas muito mais discreta, trava-se nos corredores do Congresso uma batalha



Canale

silenciosa em torno da sucessão aos cargos mais importantes na hierarquia administrativa das duas Casas: as diretorias-gerais.

Numa coincidência rara em se tratando de postos marcados pela estabilidade de seus ocupantes, que dali só costumam sair aposentados, as próximas Mesas deverão encontrar os atuais diretores de malas prontas. Ademar Sabino, da Câmara, está cotado para uma vaga no Tribunal de Contas de União, seguindo as pegadas de dois antigos dirigentes da Casa, Paulo Afonso de Oliveira e Luciano Brandão. No Senado, o diretor-geral Passos Porto, que já foi parlamentar por Sergipe, pretende aposentar-se.

Como formalmente cabe ao presidente de cada Casa a designação da respectiva diretoria, a disputa por esses cargos ocorre paralelamente à campanha em torno das Mesas. Correndo por fora, estão os candidatos identificados com as propostas do Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis), que reivindica a eleição direta da diretoria pelos próprios funcionários. A instituição é ainda contrária, ao menos em princípio, ao aproveitamento de ex-parlamentares no topo da hierarquia administrativa, como já ocorre no Senado e pode acontecer na Câmara.

Seja quem for o futuro dire-

tor-geral, o setor administrativo da Câmara passará inevitavelmente por grandes mudanças nos próximos meses. É que vários dentre os altos funcionários da Casa completam tempo para aposentadoria e o leque de alternativas fica a cada dia mais estreito, no caso de uma solução doméstica para a sucessão de Sabino — ele próprio um diretor-administrativo que ascendeu à diretoria-geral. Só para citar exemplo recente, o mais antigo funcionário da Casa ainda em atividade, Jorge dos Anjos, de 70 anos, acaba de deixar a diretoria de pessoal por aposentadoria compulsória.

Entre os que ficam, uma espécie de candidato natural do próprio Sabino seria o atual diretor-administrativo e seu ex-chefe de gabinete, José Wilson. O Sindilegis afirma que ele viria sendo privilegiado sobre outro diretor, Osório Marques (Material de Patrimônio), cujo cargo sempre mereceu o segundo lugar na hierarquia da Câmara.

Sem um consenso a nível doméstico, fala-se com cada vez maior frequência na nomeação de um ex-parlamentar para a diretoria da Casa. O ex-deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), que já foi presidente da Câmara por três vezes, é o mais cotado, mas não devem ser esquecidos nomes (famosos) que não conseguirão reeleger-se em 3 de outubro. O precedente foi aberto pelo Senado e as duas Casas costumam caminhar em sintonia em termos administrativos.

À aposentadoria política, o ex-senador Passos Porto optou por um cargo administrativo no próprio Senado, cuja diretoria-geral passou a ocupar em 1987. Agora, finalmente a caminho da aposentadoria, é muito provável que Porto seja sucedido por um outro senador em final de carreira. Entre os nomes citados para o posto, o mais ouvido é o do atual primeiro-secretário da Casa, Mendes Canale (PSDB-MS), que não se candidatou à

reeleição. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) também deve trocar o mandato por um cargo, mas fora do Senado: o de membro do Conselho da República.

Não será tão pacífica quanto foi a de Porto a indicação de Canale. É que um dos diretores da Casa (funcionário de carreira, embora ex-deputado), Antônio Carlos de Oliveira, é apontado como um dos pretendentes à diretoria-geral. Nos últimos meses, Oliveira chegou a ocupar interinamente o cargo, provocando ruidosas reações ao sugerir a demissão de servidores, o que lhe valeu o apelido de João Saraiva do Congresso.

Se depender do Sindicato dos Servidores do Legislativo, contudo, dificilmente as diretorias-gerais da Câmara e do Senado cairão nas mãos dos que hoje a pleiteiam. O presidente da entidade, Ezequiel Sousa, informa que a eleição direta dos dirigentes em listas tripliques, é antiga reivindicação dos funcionários.

O Sindilegis entende, ainda, que os diretores não devem perpetuar-se nos cargos, como tradicionalmente tem ocorrido no Congresso. "Quando se passa muito tempo no mesmo lugar, o público torna-se quase privado, o que é muito grave. Defendemos a alternância", conclui o presidente da instituição.

O abrigo a senadores não reeleitos é, porém, algo de rotineiro. Dois deles, da chamada safra de 74 foram nomeados para cargos de diretoria, pois encontravam problemas para se reinstalarem em seus estados, casos do amazonense Evandro Carneira — que recentemente pleiteou a diretoria do Prodasen — e do sergipano Gilvan Rocha. O próprio Passos Porto assumiu a diretoria-geral após integrar, como candidato a vice-governador, a chapa derrotada em Sergipe nas eleições de 1982.